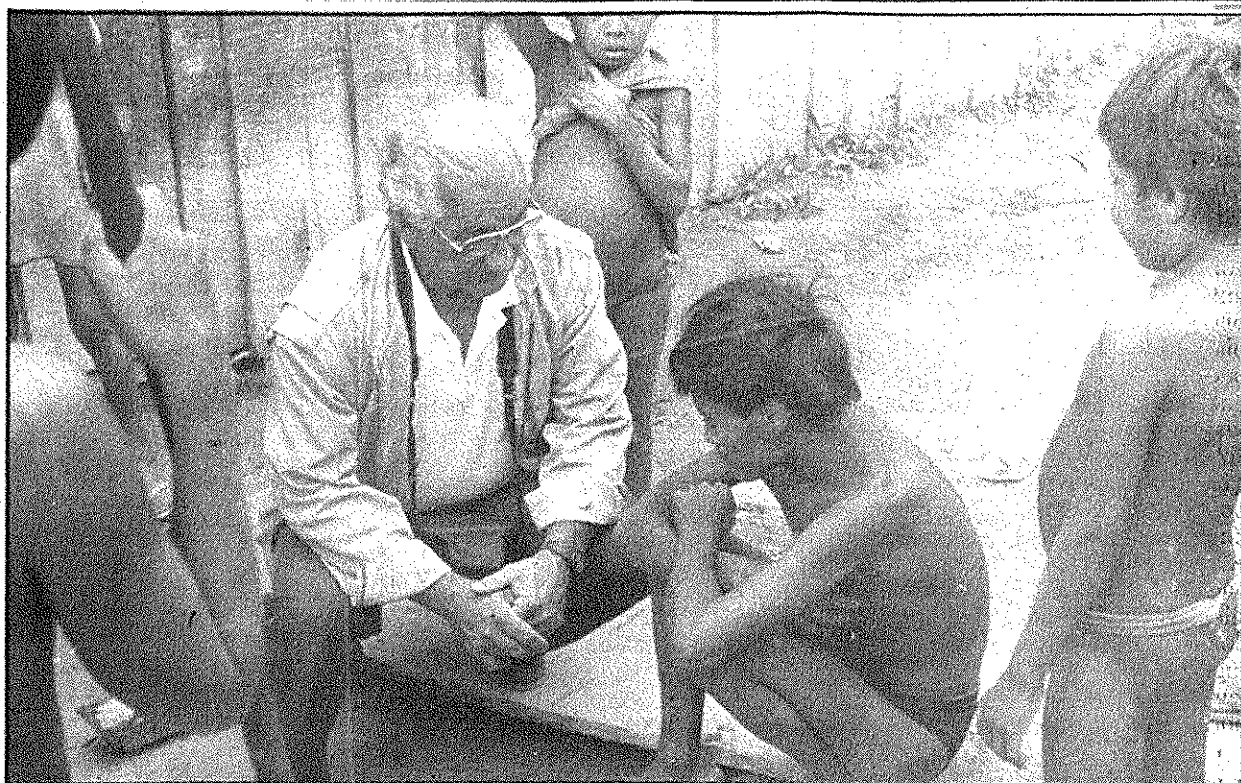




O presidente da Funai tem ido constantemente à área ianomami acompanhar os trabalhos do órgão

Funai consegue reduzir malária entre ianomamis

De janeiro até agora a Operação Saúde, Agricultura e Nutrição desencadeada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), para combater o alto índice de malária e desnutrição, causadoras da mortandade dos índios ianomamis, já conseguiu reduzir a incidência da malária de 90 para 10 por cento, com a atuação permanente de três equipes que prestam assistência à comunidade indígena. Para reforçar o plano de saúde a Funai contará de agora em diante com o apoio da Organização Mundial de Saúde através de recursos, material e equipamentos.

Segundo o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, desde setembro passado não se registra um óbito sequer de ianomami no País, seja por malária ou desnutrição. O melhor exemplo da situação está demonstrada nas Casas de Saúde e do Índio, em Boa Vista, quando em janeiro deste ano, existiam cerca de 300 índios internados e hoje apenas 17 se encontram sob tratamento em fase de recuperação. Esses dados segundo Guerreiro é uma resposta que o Governo está dando à sociedade

brasileira e à opinião pública mundial que vinham cobrando insistentemente esse resultado.

Até o momento a Funai já destinou cerca de Cr\$ 150 milhões para as operações de desocupação do território Ianomami pelos garimpeiros, na destruição de pistas em garimpos clandestinos bem como no setor de saúde, na tentativa de reverter o quadro de penúria em que se encontravam os cerca de nove mil índios da raça Ianomami. A instituição está esperando mais Cr\$ 130 milhões para dar continuidade aos programas, que deverão prosseguir por mais dois anos. Esse pedido de verba ainda será encaminhado ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

Os recursos da Funai são escassos, este ano a instituição trabalhou com um orçamento da ordem de Cr\$ 4,6 bilhões já reforçado por suplementações, e cerca de 85 por cento desse total é aplicado diretamente no pagamento da folha de pessoal, restando os outros 15 por cento para desenvolver todas as atividades e ações de proteção ao índio brasileiro, hoje estimados em cerca de 220 mil. Para 1991, a Funai

requeriu um orçamento de Cr\$ 4,3 bilhões, calculado em valores de maio, mas que ainda depende de aprovação do Congresso Nacional.

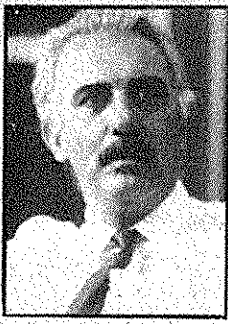
Segundo Cantídio Guerreiro Guimarães a Funai sofreu muito com a política econômica do Governo, que impôs cortes drásticos aos programas da instituição, mas mesmo com dificuldades todos os índios estão sendo assistidos por programas regulares na área de educação e atividades produtivas e de subsistência.

Com a expulsão dos garimpeiros da área Ianomami, disse Cantídio, a tendência do índio é retornar ao seu habitat, ou seja, a maloca e a roça para cultivar os produtos para alimentação, e longe dos garimpeiros há um distanciamento da incidência da malária, e a situação tende a normalizar.

O presidente da Funai reconhece que a área Ianomami desperta muitos interesses por sua riqueza mineral, mas entende que os interesses dos índios devem prevalecer sobre os demais, e todas as atividades mineradoras e de garimpo devem ser canceladas com a assinatura dos decretos.

Exploração mineral vai parar

As reservas de mineração em atividade nas áreas do Catrimani, Santa Rosa e Urariquera no Estado de Roraima foram aban-



gidas pela reserva dos índios ianomamis, e deverão ser desativadas quando os dois decretos enviados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, forem assinados. Para o diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Elmer Prata Salomão (foto), essas três áreas não são consideradas prioritárias na produção do ouro e foram criadas no governo Sarney, quando o território ianomami foi reduzido a 19 ilhas.

Segundo Salomão, agora, com a volta do espaço contínuo de 9.319.108 hectares propostos pela Funai, o departamento deverá resguardar primeiramente os direitos indígenas e os garimpeiros que atuam na região deverão ser incentivados pelo órgão a se deslocarem para outras áreas, de modo a não se sentirem motivados a

atuar na área indígena clandestinamente.

No território ianomami não existe nenhuma outra área legalmente liberada para atividade mineradora, o que há são garimpos clandestinos atuando na extração de ouro, gema e cassiterita de forma predatória sem nenhum cuidado com o meio ambiente. Para Elmer Prata Salomão só com uma ação como está sendo realizada pela Polícia Federal ao dinamitar pistas clandestinas, se poderá acabar com a invasão da região.

No DNPM só existem pedidos para autorização de pesquisas em áreas indígenas, mas nenhum até o momento foi deferido, pois segundo o diretor-geral, esse tema sempre foi muito polêmico, e o artigo constitucional que versa sobre área indígena ainda não foi regulamentado. Portanto qualquer pedido de autorização de pesquisa nessas áreas se encontram congelados no departamento desde 1984.

O entendimento do DNPM com relação à área indígena por ser muito conflituosa, é de realizar em acordo com a Funai um levantamento geológico na área ianomami, para avaliar qual o real potencial mineral daquela região. Pois o que existe até hoje é mera especulação, afirmou Salomão.

DNPM fará o levantamento

Com o levantamento geológico o Governo poderá determinar o que fazer com a riqueza existente, se irá explorá-la ou deixá-la para reverter em prol da comunidade indígena. Mas só a regulamentação da lei pelo Congresso Nacional, poderá determinar definitivamente o que fazer na área Ianomami.

Para realizar o levantamento o DNPM contará para 1991 com um orçamento mais reforçado na ordem de Cr\$ 160 milhões, três vezes maior que o deste ano, que ficou em torno de Cr\$ 50 milhões.

Paralelamente ao plano geológico o DNPM pretende fazer um cadastramento de todos os garimpos e garimpeiros do País juntamente com o Ibama, para traçar um perfil sócio-econômico e ambiental do setor, pois cerca de 70 por cento da produção de ouro no País é proveniente dessa atividade desordenada dos garimpos, que no total chega a cem toneladas/ano de ouro. Estima-se que existam cerca de um mil 300 pontos de garimpos espalhados pelo Brasil, e se constituem na atividade mineradora chamada ilegal, pois atuam sem nenhum critério ou estudos de impactos ambientais.